

BOLETIM DA

**aepet**ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRASFEVEREIRO DE 1998
Nº 148

Publicamos, a seguir, a carta enviada pelo engenheiro Ricardo Maranhão, Presidente da AEPET e Conselheiro-Curador da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social (PETROS), ao jornalista Genilson Gonzaga, do Jornal do Commercio, sobre as declarações do Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, que investiu mais uma vez contra a PETROS, com declarações alarmistas, provocando desassossego entre os mais de 92.000 associados da Fundação. Ricardo Maranhão, que foi eleito com os votos de quase 12.000 trabalhadores do Sistema PETROBRAS, ressalta na correspondência que a obrigação do Ministro seria defender os fundos e não contribuir para seu esvaziamento.

ATENÇÃO!!

RMAM-054/98

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1998.

Ao

Jornalista GENILSON GONZAGA

A/C Jornal do Commercio

Coluna COISAS & FATOS

Fax: 516-4612

Prezado Companheiro GENILSON,

Sua coluna de sexta-feira, 06/02/98, com o título FUNDO DE PENSÃO QUEBRA EM 10 ANOS, registra:

"O Ministro REINHOLD STEPHANES da previdência social, está convencido de que, se os fundos de pensão não forem regulamentados, alguns deles quebram em 10 anos. Desatado o nó da Reforma da Previdência ele manda ao Congresso projeto que cuida do assunto, aumentando a contribuição e reduzindo os benefícios.

STEPHANES cita como exemplo a PETRUS (SIC), cuja idade média de aposentados, argumenta, está em torno de 48 anos de idade."

Eleito, com os votos de quase 12.000 trabalhadores do Sistema PETROBRAS, para representá-los no Conselho de Curadores da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, julgo do meu dever prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Não é a primeira nem a segunda vez que o Ministro Stephanes investe contra a PETROS, com declarações alarmistas, provocando inquietação, desassossego e até mesmo pânico entre os mais de 92.000 associados da Fundação. É lamentável este procedimento, porque o que se espera de autoridade com a sua posição são medidas para o fortalecimento do sistema de previdência complementar fechada. Esta seria sua obrigação. Defender os fundos

e não contribuir para seu esvaziamento.

- 2 - As declarações do ministro denotam o seu total desconhecimento das condições de trabalho na Petrobrás. São vários os regimes e jornadas. Desde os serviços de escritório, até as tarefas realizadas em condições penosas de periculosidade e insalubridade. Há os que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento. Algumas equipes estão confinadas na selva, em plataformas a mais de 100 quilômetros da costa, em locais desprovidos de qualquer infra-estrutura. Há, também, o regime de sobreaviso. Os marítimos, na cabotagem e no longo curso. Alguns trabalhadores marítimos chegam a passar 180 dias fora de casa. Todos estes petroleiros têm legislação específica, disciplinando as condições de trabalho e de aposentadoria.
- 3 - O ministro esqueceu-se de mencionar que ele mesmo aposentou-se com menos de 45 anos e o seu colega Gustavo Krause, com 41, segundo divulgado na imprensa.
- 4 - Os ataques constantes do Sr. Stephanes, dirigidos, exclusivamente, aos fundos de pensão patrocinados por empresas estatais e o fato de todos os financiadores da sua campanha serem empresas ligadas aos planos de saúde e de previdência privada aberta, pode induzir alguns à conclusão de que o ministro faz o *lobby* das seguradoras e dos banqueiros...
- 5 - Em viagem ao Rio de Janeiro, meses atrás, o Sr. Stephanes hospedou-se no Hotel Meridien, cinco estrelas, em Copacabana, com todas as despesas pagas por empresa de saúde privada, fato denunciado pela Deputada Cidinha Campos, confirmado pelo ministro e amplamente noticiado pela imprensa.
- 6 - Para muitos, a Reforma da Previdência que o governo pretende aprovar no Congresso, abolindo direitos e conquistas históricas dos nossos trabalhadores, sacrificando até mesmo os já aposentados, além de desumana, é absolutamente desnecessária. Os recursos que se pretende obter com tanta injustiça e insensibilidade poderiam ser conseguidos com o combate à fraude e aos sonegadores, aos quais o governo a que serve o ministro trata com fraqueza e excessiva tolerância, concedendo-lhes parcelamento para pagamento do valor sonegado, em até 96 meses (8 anos). São bilhões e bilhões de reais que deixam de ser arrecadados por falta de vontade política onde alguns vêem, também, cumplicidade. Até mesmo as importâncias descontadas dos salários dos trabalhadores são sonegadas, configurando crime de apropriação indébita. Para estes maus empresários, ao invés de aplicar o Código Penal, o governo propôs, recentemente, através de medida provisória, escandaloso parcelamento, em 36 meses.
- 7 - Os fundos de pensão mantidos por empresas estatais têm patrimônio de dezenas de bilhões de dólares. Isto explica a campanha de descrédito contra eles, patrocinada e estimulada por poderosos interesses que querem a privatização da previdência social brasileira.

Agradecendo a publicação desses esclarecimentos, renovo,

Atenciosas Saudações.

Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão
Conselheiro Curador

* Associação dos Engenheiros da PETROBRAS (AEPET) - Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2.409 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - cep: 20.044-900 - Tel: (021) 220-4774 - Fax: (021) 262-9224 - E-mail: aepet1@ax.apc.org - Home Page: <http://www.aepet.org.br> * Boletim da AEPET - Reprodução permitida - Editor(a): Ivana Barreto - Mtb:14914 - Redator(a): Luciana Gonçalves - Estagiária: Alessandra Ceroy - Diagramação e Editoração Eletrônica: Assessoria de Imprensa da AEPET.